

ESTIMULAÇÃO PRECOCE COMO REFERÊNCIA PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS: UM ESTUDO TEÓRICO

EARLY STIMULATION AS A REFERENCE FOR CONTEMPORARY
PEDAGOGICAL PRACTICES: A THEORETICAL STUDY

Ciências Humanas • 11/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775839564](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775839564)

Zicleide de Lima¹

Daniela Emilena Santiago²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da estimulação precoce para o desenvolvimento infantil, a partir de uma revisão teórica que reúne contribuições de diferentes áreas do conhecimento. Parte-se do entendimento de que os primeiros anos de vida são decisivos para a constituição das capacidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras, sendo a estimulação adequada um fator determinante para potencializar o desenvolvimento e prevenir possíveis atrasos. A revisão da literatura possibilitou compreender a criança em sua integralidade, inserida em contextos sociais, familiares e institucionais que influenciam diretamente seu processo de desenvolvimento. Além disso, o estudo evidencia a relevância da interdisciplinaridade na formulação e implementação de práticas e políticas voltadas à primeira infância. A articulação entre campos como educação, saúde e assistência social mostra-se essencial para garantir intervenções mais abrangentes, eficazes e contextualizadas. Conclui-se que a integração de saberes e a consolidação de políticas interdisciplinares são fundamentais para assegurar o desenvolvimento pleno das crianças, reforçando a necessidade de investimentos contínuos na primeira infância.

Palavras-chave: Estimulação Precoce; Interdisciplinaridade; Educação brasileira.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of early stimulation for child development, based on a theoretical review that brings together contributions from different areas of knowledge. It starts from the understanding that the first years of life are decisive for the constitution of cognitive, emotional, social and motor skills, with adequate stimulation being a determining factor to enhance development and prevent possible delays. The literature review

made it possible to understand the child in its entirety, inserted in social, family and institutional contexts that directly influence its development process. In addition, the study highlights the relevance of interdisciplinarity in the formulation and implementation of practices and policies aimed at early childhood. The articulation between fields such as education, health and social assistance proves to be essential to ensure more comprehensive, effective and contextualized interventions. It is concluded that the integration of knowledge and the consolidation of interdisciplinary policies are fundamental to ensure the full development of children, reinforcing the need for continuous investments in early childhood.

Keywords: Early Stimulation; Interdisciplinarity; Brazilian Education.

INTRODUÇÃO

A estimulação precoce tem se consolidado como um campo fundamental de estudos e práticas voltadas ao desenvolvimento infantil, especialmente no que se refere à primeira infância, período marcado por intensas transformações cognitivas, emocionais e sociais. Com base em diferentes referenciais teóricos, compreende-se que as experiências vivenciadas nos primeiros anos de vida exercem influência decisiva na constituição do sujeito, sendo determinantes para seu desenvolvimento integral. Nesse contexto, práticas de estimulação precoce, quando adequadamente orientadas, contribuem para a promoção de habilidades, a prevenção de atrasos no desenvolvimento e o fortalecimento de vínculos afetivos, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade social.

No cenário brasileiro, a temática ganha relevância no âmbito das políticas públicas, que passam a reconhecer a infância como etapa

prioritária de intervenção. Documentos normativos como o Marco Legal da Primeira Infância e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil evidenciam a centralidade das interações, do cuidado e das experiências educativas no desenvolvimento infantil, reforçando a importância de práticas que dialoguem com a estimulação precoce no campo educacional.

Diante disso, o presente artigo configura-se como um estudo de natureza teórica, com o objetivo de discutir a importância da estimulação precoce para o desenvolvimento infantil, à luz de referenciais da psicologia e das políticas públicas. Além disso, busca-se analisar de que forma a política educacional brasileira compreende e incorpora esse dispositivo, evidenciando suas diretrizes, limites e potencialidades no atendimento às crianças na primeira infância. Ao articular teoria pretende-se contribuir para o aprofundamento do debate acerca da promoção do desenvolvimento infantil no contexto brasileiro.

A Importância da Estimulação Precoce

Na última década tem ocorrido um *boom* de diagnósticos de alterações do neurodesenvolvimento desde tenra idade. Disso decorre algumas implicações como o número de estudantes diagnosticados com TEA e outros transtornos globais de desenvolvimento, matriculados nas escolas brasileiras e que tem aumentado muito, de acordo com o último censo escolar. No que diz respeito ao TEA, por exemplo, dados do Censo Escolar realizado em 2024 indicam que houve um aumento de diagnósticos nessa seara em 44,4% de casos de crianças matriculadas na educação básica³.

O crescimento dos diagnósticos dessas condições é uma tendência global, conforme aponta o Centro de Controle e Prevenção de Doenças. Segundo pesquisas, 1 em cada 36 crianças de 8 anos são autistas nos Estados Unidos, o que significa 2,8% daquela população. No passado, o autismo era identificado em cerca de 1 em cada 10 mil crianças. Em 1995, essa proporção subiu para 1 em cada 1.000 e, em 2023, alcançou 1 em 36, evidenciando uma evolução significativa nos índices. O Brasil tem um dado oficial sobre o número de pessoas com diagnóstico de autismo. Segundo os resultados preliminares da amostra do Censo 2022, segundo o IBGE, 2,4 milhões de brasileiros declararam ter recebido diagnóstico de (TEA) por algum profissional de saúde. O número representa 1,2% da população residente no país com 2 anos de idade ou mais. A prevalência do diagnóstico de autismo foi maior entre os homens (1,5%) do que entre as mulheres (0,9%), seguindo a tendência já observada em estudos internacionais, uma proporção de 1,4 homens para 1 mulher. O dado mais expressivo, no entanto, aparece na faixa etária entre 5 e 9 anos: 2,6% das crianças brasileiras nessa idade foram identificadas com TEA, o que equivale a 1 em cada 38 crianças. Nesse grupo, a diferença entre os sexos também é significativa: entre os meninos, a taxa é de 3,8% (264 mil), enquanto entre as meninas é de 1,3% (86 mil) 3,1 para 1⁴.

Posto isso, existe um grande desafio a ser enfrentado no contexto educacional como um todo, no que concerne à identificação, intervenção precoce e acompanhamento de condições clínicas e psicoemocionais de crianças na primeira infância. Em se tratando da dimensão da problemática encontrada, ao se falar de localidades distantes bem como, dos grandes centros urbanos e das grandes metrópoles, estamos a falar de situações de altíssimas vulnerabilidades, desde violências das mais diversas, até carências

de recursos básicos para subsistência. Não falamos de quadros de exceção, mas de uma parcela expressiva de crianças marginalizadas histórico e socialmente, em que as políticas públicas estatais não chegam ou se chegam, o fazem de forma incipiente. Ademais, a intersectorialidade, premissa tão importante para o bom funcionamento das políticas nacionais, não funciona de forma eficaz.

Em outras palavras, a existência de políticas públicas é fulcral, mas elas, por si, não garantem a concretude de seus objetivos, nem o correto diálogo entre os diversos setores necessários para a correta articulação destas políticas. A problemática é muito mais complexa que a construção de políticas públicas. Essa concretude perpassa por valores financeiros justos a serem aplicados, formas de fiscalização claras e eficazes; formas de aplicação destas políticas efetivas e eficazes, além de mobilização de todos os setores sociais com esse fito. Nesse sentido, análise da intersectorialidade nas políticas e programas voltados para a primeira infância é fundamental para compreendermos a eficácia e o alcance das ações destinadas a esse público. A primeira infância, compreendida do nascimento até os seis anos de idade, é um período crítico para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e físico da criança.

Diversos estudos, como os de Heckman (2006), indicam que os investimentos feitos nos primeiros anos de vida geram retornos sociais e econômicos significativos ao longo da vida, sendo um dos melhores caminhos para a redução das desigualdades. Diante dessa complexidade, a atuação isolada de setores como saúde, educação, assistência social e cultura é insuficiente para garantir a integralidade dos direitos da criança. A intersectorialidade, conforme destaca Cecílio (2010), refere-se à articulação entre diferentes áreas e políticas públicas, rompendo a lógica fragmentada e possibilitando

respostas mais integradas e contextualizadas às necessidades da criança e de sua família.

De acordo com estudos realizados por pesquisadores, a intervenção precoce na infância constitui um eixo fundamental para a promoção do desenvolvimento integral da criança, pois permite identificar e intervir diante de possíveis atrasos ou dificuldades ainda nos primeiros anos de vida. Essa prática, quando centrada na família, reconhece o papel essencial dos vínculos afetivos e do ambiente doméstico como fatores determinantes para o desenvolvimento saudável. Além dos aspectos ambientais, é imprescindível considerar os fatores bioquímicos e genéticos que influenciam o crescimento e a formação das habilidades cognitivas, emocionais e sociais, impactando diretamente a vida futura do indivíduo.

A atuação integrada de profissionais da saúde, educação e assistência social, em parceria com a família, possibilita prevenir agravos e minimizar riscos ao longo do desenvolvimento infantil. O cuidado e o estímulo adequados são instrumentos eficazes no combate à vulnerabilidade e adultização precoce, garantindo o direito da criança a viver plenamente sua infância. Diante disso, é essencial que os cursos de formação inicial e continuada preparem os profissionais da educação e saúde, para compreender a complexidade dessa etapa e para atuar com sensibilidade realizando avaliações autênticas, com conhecimento científico e compromisso ético, assegurando práticas qualificadas que promovam o bem-estar e o desenvolvimento.

O impacto da intersetorialidade para a intervenção precoce é expressivo. Intervenções realizadas de forma integrada entre saúde, educação e assistência social dentro das instituições educacionais

por exemplo, permitem identificar precocemente riscos e vulnerabilidades (como atrasos no desenvolvimento, situações de negligência ou violência, dificuldades de aprendizagem ou problemas de saúde). Ao compartilhar informações e planejar ações conjuntas, as equipes conseguem promover uma resposta mais abrangente, garantindo acompanhamento contínuo às famílias

A teoria do desenvolvimento integral (Bronfenbrenner, 1996), por exemplo, nos ajuda a compreender que o desenvolvimento da criança ocorre em múltiplos contextos família, escola, comunidade e que a articulação desses ambientes favorece melhores condições de crescimento.

O autor apresenta uma abordagem inovadora ao compreender o desenvolvimento humano como resultado das interações dinâmicas entre o indivíduo e os diferentes contextos ambientais nos quais está inserido. Rompendo com perspectivas tradicionais que analisavam o sujeito de forma isolada ou em ambientes artificiais, o autor defende que o desenvolvimento ocorre por meio de processos contínuos de interação entre uma pessoa ativa e os elementos de seu ambiente imediato. Nesse sentido, afirma que “o desenvolvimento humano ocorre através de processos de interação progressivamente mais complexos entre um organismo ativo e as pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente imediato”, destacando o papel central das relações cotidianas.

Bronfenbrenner (1996) concebe o ambiente ecológico como uma estrutura organizada em sistemas interdependentes, afirmando que “o ambiente ecológico é concebido como um conjunto de estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte” (op.cit., p.21). O primeiro nível é o microsistema, que envolve os contextos mais

próximos do indivíduo, como família, escola e grupo de pares, onde se desenvolvem os chamados processos proximais, considerados pelo autor como o principal motor do desenvolvimento: “os processos proximais são o motor do desenvolvimento” (idem, p. 22). Em seguida, o mesossistema refere-se às inter-relações entre esses contextos imediatos, como a articulação entre família e escola, podendo potencializar ou limitar o desenvolvimento. O exossistema, por sua vez, inclui ambientes nos quais o indivíduo não participa diretamente, mas que exercem influência sobre sua vida, como o trabalho dos pais. Já o macrosistema abrange valores culturais, crenças, ideologias e condições socioeconômicas, sendo fundamental na organização dos demais sistemas; nesse nível, o autor ressalta que “as crenças e ideologias de uma cultura moldam os processos de desenvolvimento”. Por fim, o cronossistema introduz a dimensão temporal, considerando tanto as mudanças ao longo da vida quanto as transformações históricas.

Ao longo da obra, o autor enfatiza que o desenvolvimento humano não pode ser explicado apenas por características individuais nem exclusivamente pelo ambiente, mas pela interação contínua entre ambos, afirmando que “a pessoa e o ambiente são mutuamente influentes”. Além disso, critica fortemente os estudos baseados em contextos artificiais, como laboratórios, defendendo que o desenvolvimento deve ser analisado em situações reais de vida, por meio de “experimentos naturais”, pois “para compreender o desenvolvimento, é necessário observá-lo em ambientes naturais”. Dessa forma, sua teoria oferece uma visão sistêmica e integrada do desenvolvimento humano, ressaltando a importância das relações sociais, dos contextos institucionais e das estruturas culturais, sendo amplamente aplicada em áreas como psicologia, educação e serviço social.

Da mesma forma, Vygotsky (1987) destaca a importância das interações sociais e do ambiente cultural no desenvolvimento das funções cognitivas, o que reforça a necessidade de políticas convergentes. A perspectiva de Lev Vygotsky (1987) sobre o desenvolvimento infantil oferece importantes fundamentos para a compreensão da necessidade de políticas públicas convergentes e integradas voltadas à infância. Para o autor, o desenvolvimento humano é essencialmente um processo social e histórico, que ocorre por meio da interação da criança com outros sujeitos mais experientes e com os instrumentos culturais disponíveis em seu contexto. Nesse sentido, o desenvolvimento não é apenas biológico ou individual, mas profundamente mediado pelas condições sociais, educacionais e culturais em que a criança está inserida.

Vygotsky (1987) enfatiza que as funções psicológicas superiores se desenvolvem inicialmente no plano social para depois serem internalizadas pelo indivíduo, ideia expressa na afirmação de que “toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual”. Essa concepção reforça a importância de ambientes ricos em interações, estímulos e mediações qualificadas, o que implica diretamente a responsabilidade do Estado e da sociedade na garantia dessas condições. Assim, políticas públicas voltadas à infância devem articular diferentes áreas — como educação, saúde, assistência social e cultura — de modo a assegurar um desenvolvimento integral.

Um dos conceitos centrais da teoria vygotskyana é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), entendida como a distância entre aquilo que a criança já consegue fazer sozinha e aquilo que pode realizar com a ajuda de um adulto ou de pares mais experientes. A partir dessa noção, compreende-se que o aprendizado

adequadamente orientado impulsiona o desenvolvimento, o que reforça a necessidade de políticas educacionais e sociais que promovam intervenções qualificadas e contextualizadas. Nesse sentido, ações isoladas tendem a ser insuficientes, sendo fundamental a construção de políticas convergentes que considerem a criança em sua totalidade.

Além disso, Vygotsky (1987) destaca o papel da linguagem como principal instrumento de mediação do desenvolvimento, o que evidencia a importância de políticas que promovam acesso à educação de qualidade desde a primeira infância, bem como ambientes familiares e comunitários que favoreçam a comunicação e a interação. As desigualdades sociais, nesse contexto, tornam-se fatores que podem limitar o acesso a essas mediações, comprometendo o desenvolvimento infantil, o que reforça a necessidade de políticas públicas integradas e equitativas.

Dessa forma, a perspectiva de Vygotsky (1987) contribui significativamente para a formulação de políticas convergentes ao evidenciar que o desenvolvimento infantil depende de uma rede articulada de condições sociais, culturais e institucionais. A promoção do desenvolvimento pleno das crianças exige, portanto, a integração entre diferentes setores e a garantia de direitos básicos, reconhecendo a criança como sujeito histórico, social e de direitos, cujo desenvolvimento é construído nas relações que estabelece ao longo de sua trajetória.

Dito isso, a intersetorialidade não é apenas desejável, mas imprescindível para garantir a efetividade das políticas para a primeira infância. Ela potencializa as ações de intervenção precoce, tornando-as mais abrangentes, oportunas e contextualizadas o que,

a longo prazo, contribui para o desenvolvimento integral da criança e a construção de uma sociedade justa e equitativa. Por mais que as políticas em questão sejam bem articuladas em sua construção, efetivar essa articulação na prática e nos diferentes cenários da realidade brasileira é um desafio ainda a ser alcançado.

Essa faceta lamentável esboça as limitações perante o que já foi citado, bem como ao não alcance do maior objetivo dessas políticas: promover atenção integral e longitudinal, nos mais diversos setores, a todas as crianças, especialmente as vulneráveis de acordo com o princípio da equidade, o que traria ganhos incalculáveis na vida destas pessoas e da sociedade em sua completude. A intersetorialidade significa integração entre diferentes áreas do poder público como saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos para atender de forma completa as necessidades das crianças pequenas.

O Entendimento das Políticas de Educação Precoce no Brasil

As políticas de estimulação precoce no Brasil estão fundamentadas na compreensão de que o desenvolvimento infantil, especialmente na primeira infância, é decisivo para a formação integral dos indivíduos. Nesse sentido, o Marco Legal da Primeira Infância estabelece que “a primeira infância é período fundamental do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2016, art. 2º), reforçando a necessidade de ações articuladas que promovam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Essas políticas têm como objetivo promover intervenções integradas, sobretudo para crianças em situação de vulnerabilidade, articulando áreas como saúde, educação e assistência social.

No campo da saúde, destacam-se ações vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), como o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil na atenção básica. O Ministério da Saúde afirma que “o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento é eixo estruturante da atenção à saúde da criança” (BRASIL, 2012, p. 25), evidenciando a importância da atuação contínua das equipes de saúde. Além disso, estratégias como a atenção domiciliar e o acompanhamento de crianças em situação de risco reforçam a centralidade do ambiente familiar, reconhecendo que o cuidado cotidiano e os vínculos afetivos são fundamentais para o desenvolvimento infantil.

Na educação, a educação infantil é compreendida como espaço privilegiado de estimulação precoce. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacam que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira” (BRASIL, 2010, p. 25), evidenciando que o brincar, a linguagem e as relações sociais são elementos estruturantes da aprendizagem e do desenvolvimento. Essa perspectiva está alinhada a teorias que enfatizam a mediação social como base do desenvolvimento humano.

No âmbito da assistência social, políticas como o acompanhamento familiar e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos atuam diretamente no apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. O Programa Criança Feliz exemplifica essa articulação ao promover visitas domiciliares que orientam cuidadores, considerando que “o desenvolvimento infantil integral depende das interações e dos vínculos estabelecidos no contexto familiar” (BRASIL, 2016, p. 10). Essas ações visam fortalecer as

competências familiares e ampliar as condições para o desenvolvimento saudável das crianças desde a gestação.

Além disso, o Marco Legal da Primeira Infância reforça a necessidade de políticas integradas ao afirmar que “a criança deve ser considerada sujeito de direitos” (BRASIL, 2016, art. 4º), destacando a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade. Esse marco orienta a formulação de ações que garantam proteção, saúde, educação e convivência familiar e comunitária, consolidando uma abordagem intersetorial.

De modo geral, as políticas de estimulação precoce no Brasil avançam na direção de uma atuação integrada e preventiva, buscando reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento integral. No entanto, ainda enfrentam desafios relacionados à implementação, à formação de profissionais e à garantia de acesso universal e equitativo, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

CONCLUSÃO

A estimulação precoce configura-se como um eixo fundamental para a promoção do desenvolvimento infantil integral, especialmente nos primeiros anos de vida, período em que se estabelecem as bases das dimensões cognitivas, emocionais, sociais e motoras. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que intervenções qualificadas e oportunas potencializam habilidades, previnem agravos e contribuem significativamente para a redução de desigualdades no desenvolvimento. Nesse sentido, compreender a criança como sujeito em desenvolvimento, inserido em múltiplos

contextos, exige um olhar ampliado que ultrapasse práticas fragmentadas e pontuais.

Destaca-se, portanto, que a efetividade da estimulação precoce está diretamente relacionada à articulação de políticas públicas interdisciplinares, que integrem áreas como educação, saúde e assistência social. Essa integração favorece não apenas a identificação precoce de necessidades específicas, mas também a construção de estratégias de cuidado mais abrangentes e contínuas. A atuação conjunta de profissionais de diferentes campos do saber possibilita intervenções mais consistentes, respeitando as singularidades de cada criança e de seu contexto familiar e sociocultural.

Por fim, reafirma-se a necessidade de fortalecimento e ampliação de políticas públicas que garantam o acesso universal à estimulação precoce, com qualidade e equidade. Investir na primeira infância é, sobretudo, investir no futuro da sociedade, na medida em que promove o desenvolvimento pleno dos indivíduos e contribui para a construção de trajetórias mais saudáveis e inclusivas. Assim, torna-se imprescindível que gestores, profissionais e a sociedade civil reconheçam a estimulação precoce como uma prioridade, consolidando práticas interdisciplinares que assegurem o direito ao desenvolvimento integral de todas as crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial da União: Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Criança Feliz.** Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta de Saúde da Criança.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRONFERBRENNER, U. A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HECKMAN, J.J.S. Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children. *Science*, v. 312, n. 5782, p. 1900-1902, 30 jun. 2006.

MINAYO, M. C. de S.(Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

¹ Graduada em Pedagogia pela Unimar, Graduada em Filosofia, Ciências Sociais e Ciências Biológicas pela Faculdade Única de Ipatinga. Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí(2022), Especialista em TEA/TGD e Altas Habilidades, pela Facuminas(2024), Especialista em Gestão Escolar pela Facuminas (2024), Especialista

em Direitos Humanos, pela Faculdade I9 Educação (2025). E-mail:

zicleidelima1975@gmail.com

² Docente do Curso Superior de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da UNIP, *Campus Assis*. Mestre em Psicologia pela Unesp de Assis, Mestre em História pela Unesp de Assis e Doutora em

História pela Unesp de Assis. E-mail:

daniela.oliveira1@docente.unip.br

³ Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/crescem-matriculas-de-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso: 25 de mar de 2025.

⁴ Disponível em <https://autismoerealidade.org.br/2023/04/14/uma-a-cada-36-criancas-e-autista-segundo-cdc/>. Acesso: 25 de mar de 2025.